

INTEGRAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES MINERÁRIAS – UM ESTUDO DE CASO

Nunes, HHR¹; Rocha, RLS¹; Gameiro, MM¹; Souza, SLA²; Mirinha, JPM²; Justen René²

¹ Departamento de Recursos Minerais – DRM-RJ; ² Instituto Estadual do Ambiente – Inea-RJ.

RESUMO: A região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro são consideradas um dos mais importantes polos de extração mineral em termos de quantidade de jazidas minerais de rochas ornamentais e de revestimento. E a região Noroeste o principal pólo produtor de Rochas de Revestimento ou Pedras Decorativas. O município de Santo Antônio de Pádua, localizado na região noroeste, é o centro deste polo. A atividade mineral foi iniciada na região como alternativa econômica, face ao declínio da atividade agropecuária. Até meados da década de 90 a maioria das empresas atuavam de forma irregular sem nenhum registro junto aos órgãos competentes. A partir de 1996, foi iniciado um trabalho de controle e disciplinamento da atividade mineral no município de Santo Antônio de Pádua, sob a orientação do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – DRM, A partir daí, foi iniciado um novo ciclo na produção mineral. Este novo rumo dentro do ciclo mineiro teve como ponto de partida a regularização das atividades de mineração, que até então vinham sendo desenvolvidas de forma irregular. O processo de organização do setor produtivo foi sempre pautado pela busca da formalidade, nos vários ciclos que aconteceram. Os três principais agentes desse processo foram o DRM-RJ, por sua função precípua de fomento à atividade produtiva o INEA por sua função de regularização ambiental e o DNPM como órgão licenciador da atividade extrativa, além de outras entidades como o Sindgnaises (representando a liderança local), o Ministério Público Federal (MPF), a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua, o CETEM. Pretendemos nesse trabalho apresentar a proposta de uma metodologia básica de integração através de um Estudo de Caso, de três instituições públicas com diferentes funções, na construção de uma base de apoio e controle ao setor produtivo, visando mostrar a importância da atividade (social, econômica e estratégica); a possibilidade de adequar a situação à legislação, tendo em torno de si, uma rede organizada de apoio institucional, técnico e tecnológico. O entendimento das autoridades, nos três níveis, da importância da atividade produtiva mineral na região, gerando emprego, renda e desenvolvimento – além do fato incontestável da rigidez locacional e da riqueza mineral local – foi a justificativa preponderante para a negociação da solução e sua implementação.

PALAVRAS-CHAVE: ROCHA ORNAMENTAL E REVESTIMENTO; INTEGRAÇÃO